

UMA ABORDAGEM DA INTERAÇÃO PROFESSOR E ALUNO DURANTE O ENSINO DE LÍNGUA MATERNA EM UMA SALA DE AULA DA PERIFERIA DE TERESINA-PI

Lília Brito da Silva (UFPI)
brito_lilia@hotmail.com

RESUMO: A relação oralidade/letramento no ensino de língua materna é marcada por vários conflitos. Isto porque, a escola ainda não está preparada para lidar com as diferenças linguísticas de seus alunos. Na sala de aula, o ensino de língua portuguesa limita-se apenas ao ensino da norma culta, o que não faz parte da realidade da maior parte dos alunos das escolas públicas do país. A partir daí surgem na sala de aula diversos conflitos entre professor e aluno, pois o modo como o ensino se realiza não condiz com a realidade e com as necessidades linguísticas da comunidade onde a escola está localizada.

Introdução

A escrita, na sociedade em que vivemos, é utilizada como modelo para a maior parte dos usos que se faz da oralidade. A norma culta é ensinada na escola como a única variação linguística aceitável da língua portuguesa, por isso o ensino de língua portuguesa limita-se apenas ao ensino da gramática da norma culta. “É fato incontestável que a escola institui a variedade padrão (cultura) da língua como a única legítima e como alternativa de unificação linguística, em detrimento das demais variedades para ela, distantes dos critérios de correção” (Lopes, 2006:28). Essa atitude constroem em sala de aula diversos conflitos durante o ensino de língua materna.

Como modelo único e universal, a escrita funciona como um divisor entre aquilo que é ou não aceito em nossa sociedade. Tudo o que faz parte da cultura daqueles que possuem acesso à escrita é legitimada socialmente, mas ao contrário, aquilo que pertence a algum grupo que não tem acesso à língua considerada culta é estigmatizado pelos membros das classes sociais que detém o conhecimento da língua escrita culta.

A forma como a língua escrita é tratada em nossa sociedade propaga a ideia de que as outras variações utilizadas pelos falantes de nossa língua não devem ser consideradas pela escola porque não fazem parte da estrutura de nossa língua, sendo utilizadas apenas pelos membros de classes menos favorecidas. Desse modo, o papel da escola é ensinar aos alunos provenientes das classes menos favorecidas que a língua culta é base universal para a língua falada e escrita, em qualquer contexto social.

Com isso, as práticas reais de letramento e oralidade que esses alunos realizam dentro da comunidade em que vivem não são respeitadas pela escola. E, esta instituição não entende que oralidade e letramento são práticas sociais que o homem adquire e desenvolve ao longo de sua vida, sendo adquiridas pelos indivíduos nos diversos contextos sociais. Letramento é definido por Marcuschi (2003, p.21), como “um processo de aprendizagem social e histórica da leitura e da escrita em contextos informais para usos utilitários”. E oralidade é apresentada pelo autor como “uma prática

social interativa para fins comunicativos que se apresenta sob variadas formas ou gêneros textuais fundamentados na realidade sonora” (Marcuschi, 2003, p.25).

Esta postura assumida pela escola ao longo dos anos gera bastantes conflitos na sala de aula durante a aula da disciplina de Língua Portuguesa. Os alunos não se identificam com o modo como o ensino de língua materna é trabalhado em sala de aula. Em alguns casos, o professor utiliza exemplos referentes à variação linguística dos alunos para explicar o que é um erro, o que cria no aluno uma sensação de insegurança em relação à sua própria língua.

Com isso, este trabalho faz uma análise da interação professor/aluno durante o ensino de Língua Portuguesa, considerando o modo como a escola trabalha com a noção de letramento e oralidade proposta pelos estudos linguísticos modernos. Para isso, analiso as práticas de oralidade e letramento realizadas durante o ensino de língua portuguesa em uma escola da periferia de Teresina capital do Piauí, para analisar a relação que existe entre os conflitos existentes em sala de aula entre professor e aluno e a relação que possuem com o modo como o ensino se realiza.

Com o objetivo de observar e analisar essas práticas para caracterizá-las, o que contribui no desenvolvimento de um ensino que respeite as diferenças linguísticas de cada falante de língua portuguesa, sendo este falante ou não da norma considerada culta. Para isso, são analisados vários contextos sociais em que se usa a língua escrita e falada, dentro da escola durante a aula de Língua Portuguesa e na comunidade em ambientes como a missa católica, o culto evangélico, o jogo de dominó, o jogo de futebol, um dia de feira no mercado do bairro, conversas informais e entrevistas formais.

1 O Ensino de Língua materna

Nos últimos anos a sociolinguística tem contribuído na melhoria do ensino de língua portuguesa. Com o aprofundamento dos estudos linguísticos, a língua deixou de ser algo abstrato para ser tornar um objeto de estudo que precisa ser analisado através “da compreensão dos fenômenos da interação social por meio da linguagem, da relação entre língua e sociedade...” (BAGNO, 2002, p.14). Essa mudança de visão em relação à língua é percebida também nas discussões atuais sobre o ensino de língua materna.

Mas, todas essas mudanças ainda não foram suficientes para transformar completamente a ideia que se tem do ensino de língua portuguesa no país. Isto porque, ainda são muitas as instituições de ensino que trabalham com conceitos arcaicos sobre o que vem a ser o ensino de língua materna e em relação ao modo como este ensino deve ser realizado. Isto ocorre também, porque muitos dos profissionais responsáveis pelo ensino não sabem aplicar na prática essas ideias, devido, principalmente, à sua formação.

Na sala de aula o ensino de língua deve deixar de ser algo abstrato e inalcançável ao aluno, que apresenta certa dificuldade em obter sucesso na disciplina de língua portuguesa, principalmente, devido à forma como o ensino se realiza. A escola precisa internalizar a ideia de um ensino baseado na noção língua/ sociedade, o que contribui para acabar com o preconceito em relação à realidade sociolinguística dos alunos.

Esta instituição precisa entender que “a maneira de falar de uma pessoa a situa dentro da estrutura social, define seu status e produz sua identidade social” (MARCUSCHI, 1975, p.41). Estigmatizar a fala dos alunos é apresentar uma postura preconceituosa em relação à sua história sociolinguística, o que cria no aluno uma sensação de inferioridade em relação à cultura ensinada na escola, já que na escola são ensinados os valores culturais e a língua de uma classe social que não condiz com a realidade dos alunos.

Das observações realizadas durante o ensino de língua portuguesa, pude perceber que o conflito língua padrão/ variações linguísticas na sala de aula, ainda concretiza-se como um obstáculo para o desenvolvimento de um ensino democrático de língua portuguesa. Isso ainda não é uma realidade na sala de aula porque a todo o momento o aluno vê sua variação linguística e conseqüentemente sua cultura serem discriminadas pela escola, que lhe impõem uma realidade linguística que não condiz com a realidade linguística presenciada por esse aluno na comunidade de fala em que vive.

Esta instituição esquece que lida diariamente com grupos heterogêneos de alunos. Por isso,

uma pedagogia que é culturalmente sensível aos saberes dos educandos está atenta às diferenças entre a cultura que eles representam e da escola, e mostra ao professor como encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre essas diferenças. (BORTONI-RICARDO, 2004, p.38)

Por apresentar grande dificuldade em lidar com esses fatores que influenciam o surgimento das variações linguísticas, a escola idealiza um modelo de falante que não reflete a realidade linguística dos indivíduos que a frequentam. E, com isso, o ensino é realizado por meio de uma noção abstrata de língua, pois aquilo que é ensinado dificilmente será utilizado por seus alunos e pelos membros que compõem a sua comunidade de fala.

“Evidentemente, não se trata propriamente de uma língua, mas de uma idealização nebulosa de correção linguística, à qual se dá geralmente o nome de norma culta” (BAGNO, 2002, p. 20). Bagno acrescenta ainda o fato de que nossas escolas confundem o ensino de língua portuguesa com o ensino dessa norma culta. Essa realidade torna-se um dos principais obstáculos ao sucesso dos alunos durante o ensino de língua materna.

É preciso “democratizar o ambiente escolar” (BAGNO, 2002,8), pois a escola deve estar aberta a todas as culturas, classes sociais e etnias, o que não ocorre na realidade atual desta instituição. Principalmente porque, aqueles que fazem as nossas escolas, em alguns casos desconhecem o que seja sociolinguística e variações linguísticas, ou quando conhecem não sabem trabalhar com esses conceitos em sala de aula.

Por não trabalhar na sala de aula a noção de variação linguística, o ensino se realiza por meio do conceito de letramento autônomo que segundo Kleiman (1995) “refere-se ao fato de que a escrita seria, nesse modelo, um produto completo em si

mesmo, que não estaria preso ao contexto...” (p, 20). Todo o ensino limita-se assim a uma ideia abstrata de língua.

2 A Escola

A pesquisa foi realizada em um bairro da periferia da cidade de Teresina capital do Piauí. A escola observada apresenta vários problemas estruturais e físicos, o que se reflete nas condições de ensino, pois é comum a falta de materiais, até mesmo do livro didático.

A unidade escolar foi fundada no ano de 1929, hoje com 83 anos de fundação enfrenta vários obstáculos, segundo relato de uma das funcionárias da instituição. Atualmente, a escola possui 843 alunos matriculados e distribuídos nos turnos manhã, tarde e noite, além de contar com 53 professores, a maioria com nível superior, distribuídos entre os três turnos. Nos turnos da manhã, com 278 alunos e o turno da tarde com 200 alunos, atendem aos discentes do nível médio e do nível fundamental e no turno da noite com 365 ocorre o programa de educação de jovens e adultos o EJA.

A escola possui uma taxa elevada de evasão escolar, o que reflete a triste realidade do estado do Piauí que possui a terceira maior taxa de abandono escolar, chegando a 4,6% no ensino fundamental segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Na instituição analisada um dos principais fatores que contribuem para essa realidade é a gravidez na adolescência. É grande o número de alunas menores de idade que estão grávidas, com isso a maioria abandona os estudos logo após o nascimento da criança. Outra questão que também contribui para o aumento da taxa de evasão escolar, segundo a coordenadora da escola é a distância que existe entre a escola e as famílias dos alunos.

COORDENADORA : os pais não vem a escola, os filhos não tem interesse nenhum, em nada e acabam abandonando tudo. Aqui, quando agente marca uma reunião, vem um ou dois pais é triste, escola de periferia é assim.

Como a maior parte das escolas públicas do país, a escola GF apresenta dificuldades tanto no aspecto estrutural, quanto no administrativo. Nos primeiros meses em que realizei a pesquisa a direção da escola estava sendo acusada de desviar o dinheiro destinado à merenda escolar dos alunos, o que resultou em eleição para a escolha da atual direção, o que trouxe tanto para os alunos, para os funcionários e para os professores esperanças de que ocorra um melhora na instituição.

Dos alunos matriculados a maior parte mora nas zonas periféricas do bairro onde a instituição fica localizada. Atualmente, a estrutura física da instituição passou por uma pequena reforma a fim de adaptar-se ao Projeto Mais Educação, que segundo dados da Secretária Estadual de Educação, este projeto tem o objetivo de proporcionar aos alunos atividades pedagógicas extra-classe como dança, música, esporte e reforço escolar. Mas, este não obteve a aceitação dos pais e dos alunos, pois segundo os alunos, a instituição não possui estrutura para abrigá-los em tempo integral.

FUNCIONÁRIA I: Os professores vinham dar aula, mas os alunos não vinham. Houve uma reunião com os pais, mas eles se mostraram desinteressados, por isso o projeto não deu certo.

Ainda segundo a funcionária entrevistada a reforma limitou-se apenas à fachada do prédio

FUNCIONÁRIA I: Teve uma reforma, mas só foi na fachada porque... você sabe, né? Ia para o projeto Mais Educação, mas não foi pra frente não. O problema de estrutura é grande, os meninu não queriam ficar aqui o dia todo, não tem banheiro bom pra tomar banho, nem quadra de esporte pra eles brincarem.

Outro fator prejudicial ao ensino nessa instituição é a violência dentro da escola. O bairro onde a instituição está localizada é carente em relação a uma política pública de qualidade, o que se reflete na escola. Na instituição já ocorreu até mesmo um tiroteio durante a realização de uma Feira Cultural.

Diante de todos esses problemas, com os seus oitenta e três anos de existência, que podemos constatar é que a unidade escolar GF é segundo a fala de sua secretária “uma escola de história, mas é uma história que não tem escola”. A funcionária justifica esta declaração relatando que apesar de possuir muitos anos de existência os problemas enfrentados pela instituição apagam o brilho de sua história.

3 Os conflitos existentes na sala de aula durante o ensino de língua materna

O estudo da interação professor/aluno durante o ensino de língua portuguesa ajuda os profissionais que trabalham com o ensino de língua materna a compreender como o modo como o ensino se realiza contribui para que surja vários conflitos em sala de aula. Principalmente porque, os alunos não se identificam com aquilo que é ensinado em sala de aula.

A escola deve incorporar ao ensino de língua materna a diversidade presente na língua portuguesa. Cada falante dentro de sua comunidade de fala realiza determinados usos da língua oral e da língua escrita que se diferenciam de acordo com os sujeitos que participam de determinado evento comunicativo, com o contexto e com o papel social que cada um desempenha em determinada situação.

A interação social em sala de aula ocorre por meio de papéis sociais previamente estabelecidos. Durante a aula, o professor ocupa uma posição de destaque, toda a atenção do aluno deve estar voltada para o professor e cada ação do aluno precisa de autorização deste para se concretizar. Os alunos pedem autorização para poder expor uma ideia, para realizar uma pergunta, para se retirar da sala de aula e para qualquer outra ação. Mas, nem sempre essa regra estrutural é cumprida, quando isso ocorre, aquele que não desempenha sua função é punido.

Na escola observada é comum os professores retirarem da sala de aula aquele aluno que não cumpre com essa regra social. Como pode ser observado na aula descrita abaixo.

EVENTO: Aula de Língua Portuguesa

PARTICIPANTES: Professor e alunos

AMBIENTE: Sala de aula

PROPÓSITO: Correção do exercício realizado em sala de aula

PROFESSORA: Agora nós vamos corrigir a atividade da aula passada.

PROFESSORA: eu já falei pra vocês duas parar com essa conversa aí

ALUNA I: (com tom de voz irritada) tá bom, tá bom já parei.

A aula continua e as alunas não obedecem à ordem da professora, o que a deixa bastante irritada.

PROFESSORA: pode sair da minha aula, vamos eu não quero saber, pode sair.

A aluna se retira da sala de aula, cena essa que é bastante comum na escola, nessa instituição os alunos que não mantêm um comportamento considerado adequado nas aulas são impedidos de continuar em sala de aula. Essa suspensão ocorre por um ou dois dias, na teoria o pai do aluno deveria acompanhá-lo à escola na próxima aula, mas isso não ocorre na prática, pois na instituição os pais não participam da vida escolar de seus filhos.

As normas que definem os papéis sociais dentro da sala de aula são adquiridas pelos alunos ao longo dos anos de sua vida escolar. Desde o início, o aluno aprende que o professor é a autoridade maior e que desrespeitá-lo requer consequências. A divisão de poder na relação aluno/professor é considerada assimétrica porque o poder maior está apenas nas mãos do professor.

Isto ocorre, principalmente porque para a escola o professor obtém o conhecimento e o aluno está ali para obter do professor este conhecimento. Essa visão faz com que, em alguns casos, o professor não considere os conhecimentos prévios dos alunos, aqueles que eles adquirem na comunidade em que vive. Principalmente, quando se trata do ensino de língua, pois para a escola, a variedade linguística utilizada por esses alunos não faz parte da “verdadeira” língua portuguesa, ou seja, a norma culta.

O professor monitora o modo como os alunos devem se comportar em sala de aula em diversas situações. Durante a realização de cada atividade é cobrado um determinado comportamento do aluno, e o professor antes do início de cada atividade expõem aos alunos o comportamento desejado.

EVENTO: aula de língua portuguesa

PARTICIPANTES: Professora e alunos

AMBIENTE: sala de aula

PROFESSORA: ei é pra responder em dupla, cada um com sua dupla eu não vou permitir conversa entre as duplas, se não eu tomo a prova.

ALUNO: pode de três?

PROFESSORA: é dupla, não é trio não.

As principais decisões a serem tomadas em sala de aula são decididas pelo professor, ao aluno cabe apenas obedecer. Na escola observada era comum cenas em que um aluno tenta desafiar o professor, rompendo, desse modo, com a estrutura padrão da sala de aula. Durante a aula de língua portuguesa os conflitos ocorriam principalmente durante a realização e correção dos exercícios de classe.

PROFESSORA: Esse exercício é de revisão. Gabriel tá me ouvindo?

ALUNO: Tô

PROFESSORA: Então faz.

ALUNO: Eu não sei isso aí não, eu não vou fazer não.

PROFESSORA: Pois tu vai tirar zero na prova.

ALUNO: não adianta não, eu não sei.

Normalmente, os alunos que se recusavam a fazer os exercícios de classe se justificavam dizendo não conseguir entender o assunto. A professora irritava-se com a recusa do aluno em fazer o exercício, como resposta começava a ignorar a presença do aluno na sala de aula.

ALUNO: Professora essa atividade aí é de que dia?

PROFESSORA: na dois é pra sublinhar o verbo

Na instituição os conflitos em sala de aula são constantes, o poder de fala e de autoridade também é visto pelos sujeitos que participam dessa interação, como restrito ao professor, mas são constantes as situações em que um ou outro aluno tenta romper com essa estrutura dos padrões de comportamento em sala de aula. Isto nos revela que cada sala de aula possui os seus conflitos, os sujeitos que cotidianamente ocupam esse espaço fazem com que essa relação entre o professor e o aluno seja diferenciada em cada contexto de aula. A interação em sala de aula se concretiza assim:

o professor possui poder e autoridade sobre vários aspectos da vida escolar do aluno, tais como o seu conhecimento, seu comportamento e sua fala. (...). Quanto ao aluno, dado o status por ele ocupado na interação em sala de aula, espera-se que siga as normas ditadas pelo professor, que procure aprender o que está sendo ensinado e que se comporte de forma esperada, de modo a facilitar sua aprendizagem. (DETTONI, 1995,p.19)

Quando o ensino não satisfaz as necessidades linguísticas dos seus alunos, os conflitos aumentam ainda mais. Os alunos ao não se identificarem com aquilo que é ensinado não sentem necessidade de aprender algo que não utilizam em suas vidas, essa situação torna-se ainda mais conflitante na aula da disciplina de Língua Portuguesa,

principalmente quando a escola condena a variação linguística utilizada pelo aluno, condenando assim, sua cultura e as particularidades da comunidade de fala em que vive.

De modo inconsciente, as atividades e os exemplos trabalhados em sala de aula aumentam esses conflitos, principalmente quando professor utiliza a variação linguística utilizada pelos alunos para explicar o que é um “erro” de língua portuguesa.

PROFESSORA: os menino daqui fala eu amo ela e vocês acha isso lindo.

Sem perceber, a professora ao utilizar exemplos como esse, constringe os alunos, pois ela afirma que os alunos que estudam naquela escola comentem o erro descrito por ela. Com isso, os conflitos surgem, e a escola não está preparada o bastante para lidar com essas situações, o que cria um abismo entre a realidade linguística dos alunos e aquilo que é ensinado pela escola.

Conclusão

A escola não está preparada para lidar com as diferenças linguísticas de seus alunos. Dos eventos observados é possível perceber que apesar dos constantes trabalhos sociolinguísticos realizados na área da educação ainda existem escolas que não consideram o continuum oralidade/letramento no ensino de língua materna, como práticas sociais. Infelizmente, as aulas de língua portuguesa privilegiam as práticas escritas referentes a norma culta em relação às práticas orais.

O ensino se realiza como se fosse papel da escola ensinar apenas a escrita, o que limita a capacidade de desenvolvimento dos nossos alunos em conhecer os a diversidade de usos que a língua portuguesa permite aos seus usuários realizarem. E, em alguns casos, o fracasso dos alunos é justificado pela condição social destes, que são vistos como alunos com um grau maior de dificuldade de aprendizagem por serem provenientes de bairros carentes.

Mesmo privilegiando o ensino da escrita, a escola ainda não obtém sucesso neste que parece ser o seu objetivo maior. As práticas de letramento realizadas na sala de aula resumem-se apenas a cópias. Em momento algum de nossa observação foram realizadas atividades em que os alunos fossem incentivados a criarem, ao contrário, os alunos só produzem cópias do que é escrito pela professora no quadro-negro ou daquilo que está no livro didático.

Na sala de aula a maior parte dos eventos orais são recriminados pelo professor que, recrimina a variação linguística utilizada pelos alunos. Por ensinar algo que não é utilizado pelos alunos, a escola não consegue se adequar à realidade de seu público alvo. Os alunos constantemente afirmam não compreender o conteúdo trabalhado pelo professor durante o ensino de língua materna e, o professor não consegue suprir as dificuldades apresentadas pelos discentes que terminam os nove anos de ensino fundamental com a sensação e a ideia de que não sabem falar português.

Referências Bibliográficas

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

KLEIMAN, Ângela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In Kleiman, Ângela B. (Org). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de letras, 1995, pags. 15-61. (Coleção letramento, educação e sociedade).

LOPES, Iveuta de Abreu. Cenas de letramentos sociais. Recife: Programa de Pós-Graduação em letras da UFPE, 2006.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: Atividades de retextualização. 4ed. Cortez: São Paulo, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Linguagem e classes sociais; introdução crítica à teoria dos códigos linguísticos de Basil Bernstein. Porto Alegre, Movimento, Editora da URGs, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.